

Impossível ficar alheio

Sarney considera absurdo que o presidente da República não possa influir na Constituinte. Nesta conversa com o repórter Carlos Chagas, ele revela que não vai ficar alheio e conta como pretende influir. Ele diz, por exemplo, que será uma agressão o PMDB fixar seu mandato em quatro anos.



O presidente José Sarney espera desenvolver o mais breve possível um trabalho de conciliação em torno da nova Constituição. Não vê outra saída senão participar, como árbitro, dialogando e ajudando as lideranças das diversas forças constituintes a chegarem a um texto capaz de exprimir o consenso nacional. Foi o que declarou ontem ao repórter do **Jornal da Tarde** e do **Estado**, durante demorada análise dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Não se coloca como o cidadão José Sarney, mas como o presidente da República, ao qual cabe a responsabilidade maior de compor tendências e evitar fracionamentos. Essa é a maior das missões de um chefe de governo, e a ela não se furtará.

Fora disso será o impasse, em termos constitucionais. Historicamente, esse papel foi exercido pelos presidentes da República. Deodoro da Fonseca, Sarney recordou, passava horas reunido com Ruy Barbosa, examinando tudo o que ocorria na Assembléia Nacional Constituinte de 1893. Graças a isso puderam chegar a um projeto viável e duradouro. O mesmo aconteceu com Getúlio Vargas, em 1934, e com o general Eurico Dutra, em 1946. No final de todas as tardes ele recebia os líderes, queria saber das divisões e dos confrontos e opinava, contribuindo para a superação das divergências e o encontro de pontos comuns.

Disse Sarney que o presidente da República não pode ser marginalizado nem marginalizar-se, quando se discute e se prepara a lei fundamental destinada a gerir os destinos do País por muitas e muitas décadas. Ele não é parte, no caso, nem deve ser considerado como defensor desta ou daquela corrente constituinte. Nada tem a impor, apesar de tentarem vestir-lhe esse figurino. Até imaginaram transformá-lo no único cidadão brasileiro casado e proibido de atuar. Não conseguiram aprovar os tais atos ou projetos de decisão que, centralizando todo o poder na Constituinte, simplesmente transfor-

mariam o governo num apêndice sem importância da realidade nacional.

Do jeito que as coisas vão, continuou o presidente, fica bem claro o perigo aberto às instituições nacionais e ao futuro do País. O atual anteprojeto preparado na Comissão de Sistematização transformou-se num amontoado prolixo, redundante e contraditório de artigos, impossível de servir ao Brasil. Houve uma sucessão de erros, até parece o jogo dos sete erros que alguns jornais publicam para divertimento dos leitores. Cada deputado ou senador pretendeu colocar o seu artigo ou os seus artigos, no texto, sem organicidade ou preocupação com o conjunto. Não se partiu de um anteprojeto ou de um roteiro, como também não foi criada, conforme a experiência, uma grande comissão constitucional. O resultado é o que se vê: correntes constituintes empenhadas em esmagar os adversários, sequiosas de chegar, assim, a uma Constituição parcial. Para a metade do Brasil, ou até menos. Em suas palavras, as Constituições devem exprimir o oposito, ou seja, o consenso. Nenhuma força pode impor a sua Constituição, mas todas, após o diálogo e o debate, precisam encontrar o consenso.

Indagado se já possui o seu Ruy Barbosa, capaz de ajudá-lo no trabalho de harmonização, o presidente sorriu, falando que os Ruys Barbosas estão em falta, hoje. Mas o seu trabalho de compatibilização poderá ser desenvolvido através dos líderes partidários. O governo não vai preparar um texto constitucional alternativo, pois seria acusado de estar pretendendo fazer a sua Constituição. Existem estudos e sugestões, preparadas por seus auxiliares, mas o principal será através do entendimento com as lideranças e os grupos constituintes, debater ponto por ponto. Desbastar o cipal e chegar a um outro texto, bem diferente do anteprojeto em causa.

Uma Constituição, conforme Sarney, não pode ser contra coisa alguma. Deve ser a favor da Nação, voltada para o futu-

ro, jamais para o passado. Existem princípios incrustados em nossas Constituições, desde 1823, que continuam necessários e devem ser reproduzidos. Não há por que mudá-los, suprimi-los ou rebuscá-los. São simples. Tome-se o referente à ordem internacional. São princípios gerais, estão ótimos, conforme a Constituição vigente. Por que trocá-los ou complicá-los? Mas o anteprojeto da Comissão de Sistematização muda tudo. Coloca-se até contra a existência de blocos militares de nações estrangeiras, como se pretendesse extinguir a Otan e o Pacto de Varsóvia.

O presidente falou ao repórter em seu gabinete no Palácio do Planalto, manuseando freqüentemente um exemplar da atual Constituição, que mantém sobre a mesa de trabalho. Em seu entender, a carta ainda vigente precisa ser modificada e aprimorada em muitos aspectos, a começar pelo preâmbulo elaborado pela junta militar de 1969. Contém, no entanto, artigos e capítulos em acordo com nossas tradições. Não pode, assim, ser apagada ou banida por completo. Aquilo que nos serve, e está escrito de maneira simples e escoreita, não deve ser desconsiderado ou revogado.

Fora do consenso não há salvação, para Sarney. Lembrou que na segunda-feira, durante comício promovido em Brasília pelo PT e a CUT, o líder sindical Jair Meneghelli ameaçou rasgar a nova Constituição, se ela não corresponder aos interesses de seus grupos. Ora, uma constituição não se rasga como se fosse um prospecto de propaganda. Se a CUT imagina-se com esse direito, a UDR ou qualquer outro grupo também poderá fazer o mesmo. E aí? Iriamos para onde? Por isso ele insiste em que a nova Constituição brasileira deve exprimir o somatório das tendências, aspirações e necessidades nacionais. E preciso que todos cedam. Seu papel, como presidente da República, será de entrar na equação, sem imposições nem partidarismo, precisamente para ajudar na busca do consenso.

Outro comentário de Sarney refere-se às Forças Armadas. Não ve como se possa elaborar uma Constituição contra as Forças Armadas. E preciso fazer o contrário, isto é, uma Constituição com as Forças Armadas, democraticamente subordinadas ao poder civil. Felizmente, não vingou a idéia de retirá-las da garantia da ordem interna, mas, se isso acontecesse, de que adiantaria? Elas teriam forçosamente de garantir a ordem, quando perturbada. Nesse caso, a Constituição seria descumprida? Deu um exemplo: se um grupo hipotético de bandoleiros invadisse Brasília e começasse a atacar ministérios e repartições públicas, não seriam as Forças Armadas imediatamente postas para restabelecer a ordem? Ou alguém acredita que a Polícia Civil, sozinha, enfrentaria a desordem?

No Brasil, acrescentou, as Forças Armadas têm-se comportado exemplarmente. Quando diz ser o seu comandante-em-chefe, é mesmo. Outros países da América Latina vêm enfrentando problemas graves, nesse setor, com seus presidentes da República desobedecidos e contestados. Porque, então, setores radicais tentaram e ainda tentam ignorá-las?

O sistema de governo proposto no anteprojeto da Comissão de Sistematização também mereceu observação do presidente. Trata-se de alguma coisa destinada a não funcionar. A criar a confusão e a paralisar o governo. Da forma como está redigido o capítulo, o poder se diluirá entre cinco núcleos: o presidente da República, o Congresso, o Conselho da República, o Conselho de Ministros e o primeiro-ministro. Não haverá como administrar. Acresce o presidente da República é eleito pelo sufrágio direto, podendo receber 40 milhões de votos, mas assume mansuetude e impossibilidade de governar. Se era para propor o parlamentarismo, porque não propuseram a fórmula clássica, de presidentes eleitos pelo Congresso? O que não dá é eleger a rainha da Inglaterra pelo voto direto. No trabalho de busca de consenso Sarney evitará suas opiniões pessoais ainda que, pessoalmente, na atual conjuntura, incline-se pela preservação do presidencialismo.

Em suma, para o presidente, passaram-se cinco meses de trabalhos constituintes sem que se tenha chegado a uma proposta lógica e em condições de balizar o futuro. Felicidade não se conquista por norma constitucional, muito menos a pobreza se erradica por decreto.

Sarney falou sobre outros temas. Disse estar confiante no Plano Bresser, que já apresenta os primeiros resultados. Os juros bancários baixaram e vão baixar mais. A inflação de julho ficará em torno dos 4 por cento. A economia começa a dar os primeiros sinais de reaquecimento, e o empresário compreende as mudanças. Não concorda com o abono salarial pretendido por um grupo de empresários, se for concedido em prejuízo das metas do Plano Bresser. Agora, se alguém deseja abonar seus empregados, está livre para fazê-lo, com seus próprios recursos.

Não ameaçou nem ameaçará demitir os ministros do PMDB, se o partido vier a pronunciar-se pela antecipação das eleições presidenciais para o ano que vem. Os ministros do PMDB, sem exceção, concordam com ele na fixação do atual mandato em cinco anos. O que falou a respeito foi diferente: irá considerar uma agressão, caso o PMDB se pronuncie pelos quatro anos, em sua convenção nacional, nos próximos sábado e domingo. Mas a segunda-feira será outro dia. O **Day-After**, entendendo quem quiser entender o que diz. Mas não está ameaçado demitir ninguém. Não é de seu estilo. De sua mãe, herdou a característica de jamsi levantar a voz ou exasperar-se, mesmo diante das situações mais agudas. Aliás, os tempos são difíceis, e assim continuarão por mais alguns meses. Não é a cada dia que surge um problema, mas a cada hora. Ontem, mesmo, de frontava-se com a perspectiva de greve dos petroleiros e suas reivindicações. Eles pedem tudo, exageradamente, seria bom que o governo pudesse atendê-los, mas não dá. O bolo é pequeno.

Reconhece que a União Democrática Ruralista transformou-se num movimento legítimo. Não há dúvida de que reúne considerável massa de produtores rurais principalmente médios e pequenos, formada para se opor aos excessos de grupos radicais. Hoje, é impossível desconhecer a UDR como movimento nacional.

Confusão no Congresso. Mas o acordo pode sair ainda hoje.

As lideranças partidárias e membros da Comissão de Sistematização voltam a reunir-se hoje, na tentativa de chegar a um acordo que permita o encaminhamento do projeto de Constituição redigido pelo relator Bernardo Cabral ao plenário da Constituinte. Nenhum constituinte e nenhum partido aceita o texto tal como se encontra, por ser extremamente contraditório e mal elaborado. Pesa ainda sobre ele acusações de que teria sido fraudado por funcionários públicos que assessoram os relatores adjuntos, na tentativa de favorecer posições ideológicas de esquerda, como denunciou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

O texto foi concluído no prazo final pelo relator Bernardo Cabral, que viajou ontem mesmo para o Rio de Janeiro. Diante das denúncias de Sandra Cavalcanti e da discordância dos líderes do PTB, Gastone Righi, e do PDS, Amaral Neto, a divulgação oficial do projeto da Constituição foi adiada, enquanto se preparava, no Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), um novo texto que não só "corrigidos" os "equivocos", apontados pela deputada como atendessem aos interesses políticos dos descontentes.

No final da manhã de hoje, já com o novo texto, as lideranças e os membros da Sistematização voltam a se reunir. Se houver um acordo, este, que será o terceiro projeto de Constituição atribuído a Bernardo Cabral, poderá ser aprovado sem grandes discussões sobre o mérito e encaminhado ao plenário. Há, ainda, a proposta de que o segundo texto (não divulgado ainda), seja, pelas falhas apresentadas, abandonado e substituído pelo primeiro projeto, que seria encaminhado ao plenário juntamente com todas as 6.526 emendas.



Arinós: reunião com líderes.

O líder do PTB, Gastone Righi, insiste na votação e avisa que requererá todos os destaques a que tem direito. O líder do PDS, Amaral Neto, rejeita integralmente a proposta de acordo, por considerar que, em assuntos constitucionais, só vale a consciência do constituinte e não a palavra da liderança que, no seu caso, não consultou a bancada. E o PFL reúne-se às 9 horas com vários de seus deputados e senadores em posições divergentes, para tentar um consenso. O PT, o PDT, o PC do B e o PCB guardam o conhecimento do anteprojeto, hoje, para se pronunciarem, enquanto a maior parte do PMDB é favorável à aprovação e encaminhamento imediato ao plenário.

O clima geral, afirmaram os líderes do PDT, Brandão Monteiro; do PL, Adolfo Oliveira; do PC do B, Haroldo Lima; e do PT, José Genoíno, é favorável a um acordo. Righi, no entanto, entende que o regimento



Sandra e Távola: denúncia.

tem que ser cumprido e a manobra proposta é a mesma de jogadores de pôquer, que dividem as apostas para não arriscar. Esta também é a interpretação do deputado Luiz Maia (PDS-PI), para quem esquerdas e liberais não querem perder as posições já conquistadas no texto atual, ainda que o restante do texto prejudique suas posições.

Acusações

Já o líder do PFL, senador Carlos Charelli, e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, acham que a solução de encaminhamento do relatório significaria a síntese da coerência, pois se ninguém está de acordo, e o regimento não permite alterações quanto ao mérito, o melhor é abrir nova fase de recebimento de emendas, o que possibilitaria a realização de um novo texto, como substitutivo.

Constituintes do PDS, PTB e PDT acusa-

ram veladamente o senador Fernando Henrique Cardoso como o principal responsável pela "confusão" atual, por ter permitido e até influenciado a equipe técnica da Constituinte, sob seu comando, para que alterasse dispositivos em favor da esquerda. E todos estariam isentos de culpa, que seria atribuída ao computador, já que ninguém quer assumir a paternidade do projeto de Constituição, nem mesmo o relator Bernardo Cabral, que não o assinou.

Amaral Neto acusou diretamente o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, por interferir nos trabalhos do relator, impedindo uma solução. Isso por ter rejeitado como contrárias ao regimento mais de quatro mil emendas, que não foram apreciadas por Cabral. Mas o relator também recebeu muitas acusações, por não ter tido a coragem de rejeitar um grande número de emendas e eliminado muitos artigos e dispositivos constantes dos projetos das comissões temáticas, por serem desnecessários ou típicos de disposições transitórias, ou ainda de legislação ordinária.

Se for aprovado o acordo, seja na versão do Cabral 1 (o primeiro projeto, somado a todas as emendas) ou Cabral 2 ou 3 encaminhando tudo ao plenário, o trabalho poderá estar concluído na segunda-feira. Caso contrário, poderá haver uma longa votação, que se iniciará hoje e poderá levar à rejeição integral do projeto de Bernardo Cabral, o que significaria a sua destituição do posto de relator-geral da Constituinte, com nova eleição para o cargo. Neste caso, poderia ser também trocado o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, já que ambos foram eleitos pelos constituintes. Desde a semana passada, há um grupo trabalhando neste sentido.

Denúncia: Sandra aponta fraude no texto de Cabral.

A denúncia da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) de fraude na elaboração do anteprojeto da Comissão de Sistematização, relatado pelo deputado Bernardo Cabral, caiu ontem como uma bomba no Congresso Nacional gerando um grande impasse nos trabalhos da Constituinte. Desde cedo ela começou a denunciar que o grupo de Cabral havia acatado deliberadamente emendas de mérito, o que é proibido nesta fase pelo regimento interno da Assembléia. Ela revelou terem sido incorporadas no anteprojeto de sistematização mais de 80 emendas de mérito, alterando o conteúdo das propostas aprovadas até esta fase dos trabalhos.

Sandra distribuiu aos constituintes em papel timbrado da Câmara dos Deputados o que apelidou de "história de uma emenda", onde denuncia a "troca deliberada" no texto atual do anteprojeto da definição de empresa nacional. Ela e seu grupo descobriram, após analisar cerca de 800 emendas rejeitadas pelo relator, que a redação sobre

empresa nacional aprovada pela comissão temática da Ordem Econômica não foi considerada no texto de Cabral, embora o relatório afirme o contrário. Cabral optou pelo texto do relatório rejeitado da Comissão da Família, Comunicação, Ciência, Tecnologia e Educação.

Sandra comprovou que o anteprojeto faz referência ao artigo 307 originário do artigo 3º da Comissão da Ordem Econômica como sendo o texto escolhido para definir empresa nacional, quando isto não é verdade. Na realidade, a redação dada não é a mencionada no anteprojeto de sistematização. "Não sei se foi má-fé", insinuou a deputada — e transformou o dia de ontem num dos mais agitados do Congresso Nacional, com a suspensão da reunião no final do dia para apresentação do relatório compatibilizado, que voltou ao serviço de processamento de dados para ser refeito.

A partir de sua denúncia outras pessoas se encorajaram para fazer o mesmo. Foi o

caso de Nestor Fernando Klein, consultor jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Pela sua análise, a Sistematização acatou pelo menos cinco emendas de mérito apresentadas pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), das quais três sobre reforma agrária.

Procurando acalmar os ânimos, o senador Fernando Henrique Cardoso — um dos cinco relatores auxiliares de Cabral — já admitia à noite, após reunião das lideranças para tentar um acordo, que se houve erro seria corrigido. Ele não aceitava a denúncia de fraude, mas admitia que poderia ter ocorrido um erro durante a elaboração do anteprojeto.

No começo da tarde, o deputado Adolfo de Oliveira (PFL-RJ) que ontem coordenava os trabalhos da Sistematização na ausência de Cabral, reconhecia que todas as definições sobre empresa nacional "são horríveis". E revelou que proporá, na fase de apresentação de emendas de mérito, desta-

que com duas definições sobre a matéria: uma definindo empresa nacional de capital brasileiro, e outra, empresa nacional de capital estrangeiro, à qual seriam reservados subsídios e incentivos.

Anteprojeto

O segundo texto do anteprojeto de Sistematização, apelidado "Cabral 2", reduz de 501 para 496 os artigos originais do "Cabral 1", troca o texto do artigo 1º definindo o que é nação, torna obrigatória, com desconto em folha, a contribuição sindical dos trabalhadores — acatando texto aprovado pela Comissão da Ordem Social —, substitui Senado Federal por Senado da República e Câmara dos Deputados por Câmara Federal.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) outro dos cinco auxiliares de Bernardo Cabral, também admitiu que o projeto poderia ter alguns erros, mas que o texto devidamente corrigido seria apresentado em plenário hoje pela manhã.